

# Passarinho sai vitorioso na primeira missão política

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — A primeira missão política do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, foi um sucesso. Depois de dois meses de tentativas frustradas, o governo conseguiu aprovar no Congresso Nacional a revisão do orçamento da União para este ano, por 264 votos a quatro. No Senado, a votação foi simbólica com ratificação da decisão dos deputados. "Este é o primeiro efeito Passarinho no Legislativo", comemorou o deputado José Lourenço (PDS-BA), que, com a experiência de 20 anos de política, atribuiu o sucesso de ontem à visita de uma hora e 15 minutos do novo ministro da Justiça ao Congresso. Com a vitória, o governo poderá liberar Cr\$ 2,5 trilhões para o custeio da máquina federal.

Na visita ao Congresso Nacional, Passarinho esteve com os presidentes da Câmara e do Senado, recebeu elogios de petistas e um abraço do líder do PSDB, Euclides Scalco (PR), fez acertos com o brizolista César Maia (PDT-RJ) e selou até um beijo de despedida na deputada Benedita da Silva (PT-RJ). Preocupado com a obstrução que PT e PDT vinham fazendo há dois meses ao projeto de complementação orçamentária, deixando sem um único cruzeiro os três poderes da República, o novo ministro da Justiça repetiu o mesmo discurso às lideranças que visitou.

"A votação do orçamento não é um problema do governo Collor, mas uma questão de governabilidade do Brasil", disse Jarbas Passarinho, lembrando que as áreas de educação e saúde estão paradas e que os aposentados e pensionistas estão sem receber por falta da complementação do orçamento. "O PT tem sua razão quando acha que para votar é preciso estar presente, mas não vai querer punir o povo brasileiro com a obstrução", comentou o ministro.

Na verdade, o trabalho de Passarinho visava evitar que PT e PDT pedissem uma chamada nominal, inviabilizando a votação simbólica do projeto, quando apenas os líderes partidários votam, e condicionando a votação à presença em plenário de no mínimo 248 deputados e 38 senadores. "Mas a posição do PT e do PDT até agora tem sido politicamente inteligente e não é censurável; o que é censurável é a ausência", disse Passarinho, com habilidade. Ele confirmou ao líder do PT na Câmara, Gumercindo Milhomen (SP) sua intenção de evitar a edição de medidas provisórias. "Isto, sem dúvida, contribuirá para o fortalecimento do Congresso e de suas relações com o Executivo", respondeu o petista. Ao aprovar a revisão, o Congresso evitou que o presidente Fernando Collor editasse hoje uma medida provisória que destinaria recursos à administração.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG), no entanto, prefere acreditar na sorte de Passarinho. Na verdade, diz o deputado, "ele entrou na negociação num momento favorável: a esquerda estava exausta de tanto obstruir e, finalmente, o próprio Congresso resolveu aparecer e dar quórum". Ao despedir-se da liderança petista e beijar a deputada Benedita da Silva, Passarinho foi também efusivamente cumprimentado pelo deputado José Genoíno (PT-SP).

Segundo os técnicos da área econômica, o Poder Executivo não poderia esperar mais por uma decisão do Legislativo. Todos os ministérios já estavam em situação de penúria, pois o orçamento é a única forma legal que a administração pública tem para lançar seus gastos. Sem ele, mesmo havendo recursos disponíveis em caixa, não é possível gastar o dinheiro.



Passarinho recebeu elogios de petistas e foi cumprimentado por Euclides Scalco